
LAZER E POBREZA: ASPECTOS DE UMA FALSA QUESTÃO

Gustavo Luis Gutierrez

Resumo

Este texto apresenta uma discussão sobre lazer e pobreza na sociedade atual. Defende a idéia de que o lazer deve ser atendido junto com as demais políticas públicas, como saúde e educação. Aproveita trabalhos de autores como Paul Singer, Ricardo Antunes e Claus Offe.

Palavras-Chave

Lazer; Pobreza; Políticas sociais.

LEISURE AND POVERTY: ASPECTS OF FALSE A QUESTION

Gustavo Luis Gutierrez

Abstract

This text presents a discussion on leisure and poverty in the current societies. It defends the idea that the leisure should be assisted with the other political publics as health and education. It takes advantage of the authors works' as Paul Singer, Ricardo Antunes e Claus Offe.

Key-Words

Leisure; Poverty; Social politics.

INTRODUÇÃO

Este texto pretende levantar algumas questões a respeito do debate entre a necessidade de lazer e as condições de vida dos setores menos favorecidos, na sociedade contemporânea, destacando a questão das prioridades para investimentos públicos. O objetivo central, neste sentido, é denunciar o absurdo do discurso que defende postergar os investimentos em políticas públicas de lazer para privilegiar setores considerados mais urgentes ou importantes.

LAZER E GLOBALIZAÇÃO

A sociedade contemporânea nos coloca inúmeros dilemas, decorrentes das rápidas e grandes transformações que ocorrem nos mais diversos campos. Ao mesmo tempo em que nos países considerados de terceiro mundo encontramos setores com padrão de vida e indicadores sociais dignos dos países ricos, no interior do primeiro mundo crescem bolsões de pobreza e miséria, frutos do desemprego e da exclusão.

Ricardo Antunes define este panorama nos seguintes termos: “Participamos de um contexto econômico, social, político e cultural que tem traços universais do capitalismo globalizado e mundializado, mas que tem singularidades que, uma vez apreendidas, possibilitam resgatar aquilo que é típico desta parte do mundo e deste modo de reter a sua particularidade. Trata-se, portanto, de uma globalidade desigualmente combinada, que não deve permitir uma identificação acrítica ou epifenomênica entre o que ocorre no centro e nos países subordinados.”¹

A especificidade da realidade brasileira, que aqui se procura construir, deve ser compreendida neste sentido, onde a globalização se articula de forma diferenciada com o que é próprio do nosso meio, ao mesmo tempo que este meio reage e incorpora os processos contemporâneos de trocas nos campos econômicos e culturais. A realidade política, portanto, apresenta desafios novos que exigem, por sua vez, alternativas de ação também originais, onde se leve em conta tanto a crescente descentralidade da categoria trabalho, como uma proposta de lazer muito mais ampla e socialmente articulada do que se pensava até há pouco tempo atrás.

Neste mesmo caminho, a questão do lazer tende a ocupar um papel de importância crescente, seja pela diminuição da categoria trabalho humano na constituição da identidade pessoal e na própria geração de valor, ou por se constituir num dos únicos setores da vida econômica dinâmico e em franca evolução.

¹ ANTUNES, R. *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos*, Boitempo, 1997, p. 79.

A Terceira Revolução Industrial sob diversos aspectos difere das anteriores. Ela traz consigo acelerado aumento da produtividade do trabalho tanto na indústria como em numerosos serviços, sobretudo dos que recolhem, processam, transmite e arquivam informações. Como ela está ainda em curso, é difícil prever seus desdobramentos próximos e longínquos. Além da substituição do trabalho humano pelo computador, parece provável a crescente transferência de uma série de operações das mãos de funcionários que atendem o público para o próprio usuário. É a difusão do auto serviço facilitado pelo emprego universal do microcomputador. O que pode significar que cada cidadã ou cidadão gastará mais tempo para consumir e administrar o consumo de presente e futuro de si e dos que dela ou dele dependem. Por outro lado, a multiplicação de novos produtos é comparativamente diminuta. Para o consumidor final, a Terceira Revolução Industrial tem oferecido principalmente novas formas de entretenimento.²

Uma política pública que contemple, também, a questão do lazer tende a potencializar toda a gestão, facilitando a realização de outros objetivos além da sua dimensão específica e original. Ao mesmo tempo, não é possível condicionar uma área de investimento, seja o lazer ou qualquer outra, à satisfação plena de outras áreas, tanto em função da inter-relação entre elas, como pela tendência dos investimentos sociais, essencialmente atividades de serviços, a levarem a curva da demanda sistematicamente para cima. A este respeito, Claus Offe escreve o seguinte: “Faltam referências em termos de economia do trabalho para captar-se quantitativa e comparativamente essa utilidade gerada pelo trabalho em serviços, do mesmo modo que faltam funções técnicas de produção para a geração da utilidade concreta, e faltam, ainda mais, referências sobre o volume da ‘demanda’ a ser atendida – e isso porque essa demanda é definida (de modo mais claro mas não exclusivamente no caso dos serviços profissionais) pelo lado da própria oferta (devido à falta de competência própria dos ‘agentes da demanda’) e porque, de resto, o padrão de demanda se desloca para cima, na medida em que se percebe uma flexibilidade na satisfação da demanda.”³ Ou seja, não só a demanda em setores como saúde, educação ou lazer é muito difícil de ser mensurada, como o próprio investimento joga a demanda para cima, já que o público dispõem de melhores condições de reivindicação e mais informação. Por exemplo, quanto mais educada for uma população, mais consciente será com relação à qualidade da educação que deseja ver oferecida, e das formas políticas de pressão possíveis.

Todas estas questões exigem previamente, para a sua elaboração, repensar o discurso conservador sobre lazer onde se cruzam influências puritanas, uma ética do trabalho que já não encontra ressonância no mundo concreto, e o paradigma mecanicista de origem positivista.

² SINGER, P. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*, Contexto, 1998, p. 17.

³ OFFE, C. *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para a sociedade do trabalho*, Tempo Brasileiro, 1989, p. 23.

A LÓGICA FALSA

Uma pergunta comum, quando se trabalha com o tema lazer, é: numa sociedade, onde grande parte da população vive abaixo da linha de pobreza, não seria lógico preocupar-se primeiro com questões como alimentação e educação e depois, se sobrar tempo e dinheiro, com o lazer?

Este é o exemplo perfeito e acabado de uma falsa questão. Isto é, uma questão que induz respostas rápidas e fáceis, lógicas desde uma perspectiva interna, mas que não tem vínculo com a realidade material a que fazem referência. Um exemplo parecido seria: os pássaros voam porque têm asas, portanto o pingüim voa?

Toda questão que envolve aspectos da sociedade incorpora, com maior ou menor clareza, uma concepção de homem e da especificidade das suas relações. Neste caso, o que está por trás da pergunta inicial é uma visão etapista, segmentada e mecânica do desenvolvimento econômico. Percebe-se o social como regido por regras matemáticas, onde a solução de um problema deve, necessariamente, anteceder a de outro, como se houvessem pré-requisitos estabelecidos e conhecidos. Na filosofia, provavelmente o exemplo mais típico seja o positivismo.

Este caso não se comprova pela observação de nenhuma sociedade. As opulentas são ricas em educação, saúde e lazer, e as pobres são pobres em educação, saúde e lazer. E em todas elas os governos se esforçam para apresentar melhorias nestes campos. Encaminhar a questão nesses termos constitui uma forma de esvaziar qualquer proposta de elaboração de políticas públicas já que, uma vez definida a ordem de prioridades, não há o que discutir, mas apenas alocar percentuais do orçamento. E esperar calmamente que, uma vez atendidas as questões “importantes”, chegue a vez das outras...

Existem várias maneiras de ilustrar o absurdo desta argumentação. Por exemplo, o que vem antes, saúde ou educação? Ou então, como atingir o ótimo nestas áreas onde, em todos os lugares do mundo ainda há muito o que fazer?

Neste sentido é que foi colocado, anteriormente, que se trata de uma falsa questão. A melhoria da qualidade de vida da população depende de uma política pública articulada, onde seus diferentes aspectos estejam sendo tratados de forma a que se auxiliem e potencializem mutuamente, num efeito de sinergia cujo resultado final será maior que a soma das partes. É impossível educar sem comida, mas a educação,

por sua vez, é fundamental para a alimentação tanto no sentido da inserção eficiente no mercado de trabalho, como para a própria utilização racional e correta dos recursos familiares disponíveis. O mesmo pode-se dizer com relação à saúde pública. Condições de nutrição adequadas são fundamentais para evitar uma infinidade de doenças, porém não substituem, por exemplo, as campanhas de vacinação.

Existe uma relação intrínseca entre todos estes fatores que coloca as sociedades no dilema de resolvê-los todos juntos, ou não resolver nenhum.

Pois bem, e como fica a questão do lazer neste debate? Tomemos, para iniciar, a relação lazer e educação. Oras, o espaço da sociabilização espontânea, onde em condições de liberdade e igualdade as crianças procuram articular seus planos individuais de ação para, em conjunto, vivenciarem momentos lúdicos, constitui-se num elemento fundamental e riquíssimo da formação intelectual e amadurecimento social e político daquele que, em breve, deverá exercer a cidadania. Não me parece que, atualmente, existam divergências quanto à importância do lúdico na formação do educando, pelo menos no campo teórico. A atenção e o cuidado com esta dimensão caracteriza qualquer proposta pedagógica atualizada e séria. Ou seja, existe um vínculo fundamental entre as condições de lazer e o desempenho da estrutura educacional que tanto pode limitar, como melhorar o alcance dos investimentos em ambas as áreas.

No que diz respeito à saúde pública a relação é tão, ou mais, clara. A ausência de espaços e momentos de distração e relaxamento é responsável por inúmeras doenças de fundo psico somático, que podem evoluir ao ponto de inviabilizar a atividade profissional, ou até a inserção social. Esta é uma constatação óbvia, a ponto de todas as grandes empresas pensarem em alternativas de lazer para seus funcionários como um aspecto da política de recursos humanos. Um governo preocupado exclusivamente com o rendimento econômico da população, algo lamentável porém não raro, teria apenas neste ponto justificativas para o investimento na área de lazer.

Numa perspectiva um pouco menos tacaña, poderíamos acrescentar os ganhos nas dimensões familiares e comunitária. A desagregação da estrutura familiar acarreta efeitos perversos nos mais diferentes aspectos da vida social, principalmente nos setores mais baixos da pirâmide econômica. Uma política de lazer devidamente direcionada e adequada às necessidades de seu público incentiva a manutenção de mecanismos de solidariedade que evitam, ou atenuam, os riscos de esgarçamento do tecido social, com todas as consequências nefastas que daí advém.

A reversão desta tendência, presente praticamente em todo o mundo ocidental, permite uma economia no

investimento em segurança, o que evidentemente deixará feliz aquele governo anteriormente citado... Porém, mais do que isso, permitirá uma “economia” de sofrimento humano já que as pessoas estarão menos expostas a toda forma de violência e os traumas e dramas daí decorrentes. Apenas para citar um exemplo bastante veiculado, recentemente prefeituras de cidades norte americanas, particularmente violentas, têm mantido as quadras públicas com atividades durante toda a noite, como uma forma bem sucedida de afastar os jovens do convívio com guangues e máfias, proporcionando-lhes no seu lugar uma alternativa sadia em todos os sentidos.

Este tipo de investimento tem uma qualidade adicional. Não dá argumentos à crítica neo-conservadora. Este senhores, desde uma perspectiva que concebe o homem como um ser intrinsecamente mau e egoísta, são contra qualquer proposta de aumento da rede de apoio social já que, no seu conceber, este é um “saco sem fundo”. Coerentes com suas premissas, acreditam que quanto melhor o seguro desemprego, mais “desempregados profissionais” haverá, quanto melhor o apoio público à gestante e à criança, mais “gestações irresponsáveis” ocorrerão, e assim por diante.⁴

Uma política de lazer adequada pode incentivar a integração do cidadão aos seus grupos de referência mais próximos, como os vizinhos de rua ou bairro, freqüentando associações de cunho cultural e esportivo. Nos dias de hoje, onde nenhum governo parece capaz, ou disposto, a arcar sozinho com suas responsabilidades sociais, esta rede de solidariedade e amizade pode ser utilizada em programas de mutirão e auxílio mútuo, onde a população com o apoio do poder público procura resolver seus problemas mais imediatos através de uma ação de natureza autogestionária. Grande parte das atividades

hoje denominadas de terceiro setor usam este tipo de estratégia. Os exemplos vão desde cooperativas de desempregados em busca do sustento familiar, até as áreas de educação, habitação, segurança, etc.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, a pesquisa até agora desenvolvida sobre o objeto lazer traz contribuições importantes no sentido de repensar uma política cultural de mais fácil difusão e maior alcance, sem que para isso se abra nenhuma concessão quanto à qualidade da intervenção social, ou nos resultados obtidos.

Tudo isto serve para ilustrar que não existem soluções simples. Não há atalhos. Uma política direcionada

⁴ Sobre este debate entre perspectivas distintas, no caso classificadas de individualista e estruturalista, consultar: SINGER, P. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e perspectivas*, op. cit., cap. 3, A Exclusão Social sob duas Óticas, p. 59 e segs.

para a busca da melhoria da qualidade de vida da população deve articular todas as instâncias sociais num esforço conjunto e conseqüente, objetivando resultados de longo prazo. E, o que parece ser mais difícil, num modelo de probidade administrativa e respeito ao bem público.

Visões etapistas, fundamentadas em receitas tecnocráticas, sem o recurso de uma ampla participação popular, estão condenadas a não obter resultados, ou então obter resultados apenas no curtíssimo prazo.

Toda gestão governamental pressupõe um programa que, em tese, foi reconhecido e aprovado pela população através do voto. E todo programa precisa eleger prioridades. Estas prioridades, contudo, devem ser mais amplas que os atributos de um Ministério ou Secretaria isolado. Ou seja, por exemplo, assumindo como prioridade o social, diversas áreas de atuação devem ser articuladas, já que não há educação sem saúde, saúde sem saneamento básico, etc. Neste quadro é que insistimos na valorização de uma política pública de lazer competente, adequada e integrada com as demais áreas da administração.

LAZER PARA POBRES: UM CONCEITO POLÍTICO E SOCIOLÓGICO POBRE

Toda proposta de política pública pressupõe um setor da sociedade ao qual deve ser dirigida, assim como diferentes meios de implantação e distribuição de benefícios e ônus. Isto independe de qualquer corte de classe ou diferença de renda. Se o Estado, por decisão política, decidir investir contra um crime que é comum a todos os segmentos econômicos da sociedade, como é o caso da violência contra os filhos, terá necessariamente que desenvolver uma estratégia de ação voltada especificamente para estas pessoas.

Qualquer política de lazer que se pense implantar não foge a esta regra, contudo é pouco ilustrativo, além de preconceituoso, falar em lazer para pobres, ou de pobres. Há, evidentemente, formas de lazer mais caras, mais baratas, ou até gratuitas. Porém estas formas de lazer não são necessariamente excludentes

desde outros pontos de vista que não seja o econômico. Da mesma forma, alternativas de lazer poderiam ser classificadas a partir de outros critérios, o esporte exige aptidão física e, em geral, um grupo social; desfrutar de uma palestra sobre arte só é possível a partir do domínio de uma série de códigos culturais.

Tudo isto vem ilustrar que, do ponto de vista sociológico e político, uma categoria de lazer específica do “pobre” é pouco esclarecedora, não auxilia na compreensão do objeto e na intervenção sobre o meio, além de ser por demais vaga e geral. O lazer possui uma dimensão econômica, porém é difícil sustentar que esta dimensão seja mais significativa do que, por exemplo, a cultural; sem que seja necessário aqui

entrar na análise da especificidade do objeto inserido em seu contexto, ou no aspecto do referencial teórico escolhido.

A observação imediata da realidade material, contudo, pode dar a falsa impressão da existência desta categoria, já que a luta que envolve o acesso desigual às oportunidades de vida gera uma divisão assimétrica de bens materiais e simbólicos reforçada pelas instituições públicas, agora sim, organizadas de forma dual, ou seja, um sistema educacional para a classe trabalhadora e outro para os setores privilegiados, ídem saúde, segurança, justiça, etc. Isto, contudo, tem de ser percebido nos limites de uma luta política e não com relação ao objeto em si. Em termos conceituais é ridículo falar num curriculum para a faculdade de medicina “pobre” e outro para a “não pobre”, ou um sistema jurídico assim subdividido. Estas questões, portanto, devem ser percebidas num contexto social marcado por um conflito estrutural de ordem essencialmente material, em constante mudança em função dos avanços e recuos desta luta política. Falar num lazer (ou saúde, educação, justiça, etc.) para “pobres”, a não ser quando se trate de uma denúncia, constitui uma postura reacionária e conservadora que objetiva, através da naturalização de um aspecto socialmente construído da realidade, manter as coisas do mesmo jeito que estão.

Numa situação como a nossa, a política pública de lazer necessita priorizar a superação da pobreza e a preparação para o exercício da cidadania. Estes objetivos, é óbvio, não dependem apenas do resgate do lúdico no social mas, ao nosso ver, tampouco poderão ser alcançados sem considerar esta dimensão. Afinal, todos preferimos acreditar que nossas práticas políticas evoluíram desde o clássico "pão e circo" romano.

LAZER, POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A questão de uma política pública voltada aos interesses da maioria da população, portanto, necessita de uma articulação entre os diferentes campos de atuação do Estado, de forma orgânica e coerente, para se obter o melhor resultado possível, apesar de qualquer restrição orçamentária existente. Isto significa dizer que, em primeiro lugar: não existe situação ideal de orçamento, ou seja, os gastos sociais por sua própria natureza jogam a curva da demanda sistematicamente para cima e, segundo: os resultados dos investimentos na área social sempre serão melhores quando considerarem a inter-relação das diferentes áreas de atuação, potencializando a sinergia possível do processo.

Em resumo, pretendemos ter ilustrado aqui a falsa natureza desta questão que procura priorizar uma área do social em detrimento de outras, desmistificando assim uma visão etapista e mecânica da sociedade. Não se trata de negar que, evidentemente, existe em curso no seio da sociedade uma luta política que divide seus cidadãos entre pobres e ricos, ou entre excluídos e inseridos, mas alertar para o fato de que reproduzir esta visão significa unicamente aceitar como naturais, e portanto inevitáveis, relações sociais construídas, em última instância, pelos próprios homens, e portanto passíveis de serem transformadas no futuro. Neste sentido, as políticas referentes ao lazer da população devem ser vistas em pé de igualdade com as demais áreas de atuação do Estado, de forma que através de uma articulação eficiente possa-se chegar a um resultado ótimo, dentro das limitações orçamentárias conjunturais existentes. Ao contrário, quando se subestima o alcance das políticas de lazer, termina-se por limitar os resultados de ações em outras áreas, como educação, saúde, segurança, emprego etc.

Finalmente, convém destacar sempre que uma política eficiente não pode ser fruto de um planejamento tecnocrático, mas dependerá fundamentalmente de uma discussão ampla e democrática com a população interessada. Entendendo democrático no seu sentido radical (ao invés do cinismo usual), onde a chamada à participação dos setores populares é acompanhada de ações concretas que permitam a manifestação em condições de igualdade, como a instrução, a prática do debate e o livre trânsito de informações.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1997.

OFFE, C. *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para a sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SINGER, P. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 1998.

VIEITEZ, C. G. (org.); *A Empresa sem Patrão*. Marília: Unesp, 1997.

Gustavo Luis Gutierrez
Faculdade de Educação Física/Unicamp

Referência do artigo:

ABNT

GUTIERREZ G. L. Lazer e pobreza: aspectos de uma falsa questão. *Conexões*, v.1, n. 1, p. 28-38, 1998.

APA

Gutierrez, G. L. (1998). Lazer e pobreza: aspectos de uma falsa questão. *Conexões*, 1(1), 28-38.

VANCOUVER

Gutierrez GL. Lazer e pobreza: aspectos de uma falsa questão. *Conexões*, 1998, 1(1): 28-38.